

Medellín e Puebla: epicentros do confronto entre progressistas e conservadores na América Latina

Lucelmo Lacerda Brito *

Resumo

Logo após o Concílio Vaticano II (1962-1965), o episcopado da América Latina realizou um encontro com o intuito de interpretar os documentos conciliares à luz da problemática latino-americana. Reunidos em Medellín, Colômbia, em 1968, os bispos produziram um documento avançado, que iria sustentar a ação dos católicos progressistas no continente nos próximos treze anos, ao mesmo tempo que assustava os conservadores. Em 1979, em Puebla, México, a reunião do episcopado para aprovar as novas diretrizes para a Igreja no continente recebeu forte intervenção do Vaticano, agora sob comando de um novo papa, João Paulo II, em apoio ao setor conservador. Ainda assim, o resultado foi um documento crítico, autor da célebre *Opção Preferencial pelos Pobres*. Para analisar esses meandros recorreremos a seus textos, relatos de vários participantes, além de vasta bibliografia sobre o tema. Nosso esforço se deu, contudo, menos em analisar o texto propriamente dito, mas as disputas acerca do mesmo além de seus desdobramentos.

Palavras-chave: Medellín; Puebla; CELAM; Teologia da Libertação; Cristianismo de Libertação;

Abstract

Soon after the Second Vatican Council (1962-1965), the bishops of Latin America held a meeting in order to interpret the conciliar documents in light of the problems in Latin America. Meeting in Medellín, Colombia, in 1968, the bishops produced a document forward, which would sustain the action of progressive Catholics in the mainland over the next thirteen years, while frightened conservatives. In 1979, in Puebla, Mexico, a meeting of bishops to approve new guidelines for the Church on the continent has received strong intervention of the Vatican, now under command of a new pope, John Paul II in support of the conservative sector. Still, the result was a critical document, the author of the celebrated preferential option for the poor. To analyze these intricacies turn to their texts, reports of several participants, and extensive bibliography on the topic. Our effort was made, however, less on analyzing the text itself, but the disputes about it apart from its consequences.

Key words: Medellín, Puebla; CELAM, Liberation Theology, Christianity Liberation.



* **LUCELMO LACERDA BRITO** é Mestre em História pela PUC-SP e Doutorando em Ciências Sociais pela PUC-SP.

1. Medellín

No interior da Igreja Católica o Concílio Vaticano II foi um fato histórico da maior importância. A Igreja, que havia sido um dos mais importantes pilares do tradicionalismo contra a modernidade desde antes da Revolução Francesa até então, abria-se para o mundo e para a modernidade num movimento denominado *aggiornamento*¹ da Igreja, celebrado pelo referido evento.

O Concílio Vaticano II corroborou e ampliou perspectivas relativas à

reforma litúrgica, da relação da Igreja com o mundo, entre outras inovações, incorporando um conjunto de demandas consideradas avançadas e parte de seus documentos finais foi considerada bastante progressista.

O Concílio Vaticano II terminou em 1965 e para 1968 foi convocada a II Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano – CGELA, em Medellín, Colômbia. Depois do texto pouco expressivo emanado da I CGELA, em 1955, no Rio de Janeiro, um conjunto de teólogos do continente vinha discutindo uma teologia e uma pastoral que respondesse aos problemas do povo da América Latina, especialmente o povo pobre.

A II CGELA depositou todas as suas forças em ser uma tradução do Concílio

Vaticano II para a América Latina, o próprio título do encontro reflete essa preocupação “A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio”. Assim o afirma textualmente Dom Paulo Evaristo Arns

“Medellín era como o Vaticano [II] traduzido para a América Latina” (ARNS, 2001, p. 237), mas possivelmente Beozzo é mais preciso que o cardeal quando diz que “Medellín refaz, num certo sentido, o Vaticano II e, em muitos



Imagem de uma das sessões do Concílio Vaticano II

pontos, dá um passo além” (BEOZZO, 1993, p. 117).

O importante é dizer que esse novo documento da Igreja, cuja interpretação radical foi largamente divulgada, se amparava no poder simbólico do documento máximo da Igreja Católica em âmbito universal dos últimos séculos, celebrado em todo o mundo. Durante a realização da Conferência, os teólogos mais progressistas, mais afinados com as interpretações dominantes do Vaticano II, normalmente formados na Europa ganharam vantagem no debate por dominarem melhor os entremeios dos documentos do Concílio. Assim, realizaram uma reflexão baseada na pergunta-chave da *Teologia da Libertação*, segundo Leonardo Boff “Como ser cristão num continente de empobrecidos?” (Apud ROLIM, 1989, p. 166).

¹ Abertura, atualização.

Além da específica reflexão teológica acerca desse assunto, a partir da possibilidade, aberta pelo Concílio Vaticano II, de utilização das ciências sociais como instrumento de mediação e leitura do mundo, os teólogos latino-americanos foram buscar uma resposta aos dramas do povo do continente para, a partir desse diagnóstico, realizar um julgamento dessa realidade a partir dos olhos da fé e uma ação condizente com esse julgamento.

Os teólogos da América Latina encontraram na *Teoria da Dependência* as explicações que entenderam mais condizentes com a realidade do continente. A idéia central era a de que a condição de pobreza do continente não respondia a uma fase de seu desenvolvimento que se superaria com o avanço do capitalismo, mas a uma condição estrutural do capitalismo em sua configuração imperialista em que o subdesenvolvimento de parte do planeta cumpria um papel importante.

Em Medellín, os progressistas conseguiram impor sua temática e sua linha no documento final. Ao invés de partir da dogmática para fazer um documento abstrato, doutrinário, optou-se pelo método da *Ação Católica*, o *Ver-Julgar-Agir*, que partia da realidade para julgá-la aos olhos da fé e atuar nela a partir desse julgamento.

Nesse texto apareceu com força a temática da libertação. Para Serbin (2001, p. 98) “Essa declaração lançou a Teologia da Libertação e a Igreja progressista no continente”, expressando uma posição que não compreende o processo de construção do *cristianismo de libertação*, do qual o documento *Algumas diretrizes para um ideal histórico para o povo brasileiro*, de vários líderes da JUC, de 1960, é um dos primeiros exemplos, mas que só se desenvolve em longo processo, que se

estende até o começo da década de 70 (LÖWY, 2000, p. 137). Da mesma forma o faz Dom Paulo Evaristo Arns quando afirma que “A Teologia da Libertação viera a público na Assembléia de Medellín, em 1968” (ARNS, 2001, p. 237). Isto é, Medellín é a explicitação de um processo já existente.

Um elemento a ser observado, é que o documento de Medellín, para muitos, não compunha um quadro tão “libertador”, mas fora interpretado nesse sentido pelos correligionários desta proposta pastoral, articulados em uma eficiente rede de produção teórica, com a produção de variados tipos de materiais, como cartilhas e folhetos, além, dos cursos, debates e palestras que visavam discutir a realidade latino-americana e a Igreja. Processo no qual se impôs uma leitura “à esquerda” do documento de Medellín.

Bernstein e Politi parecem se inscrever nessa interpretação quando afirmam que a II Conferência “dissera que uma das tarefas da Igreja era apoiar a ‘liberação’ dos povos oprimidos. A própria palavra estava cheia de ambigüidade.” (POLITI, BERNSTEIN, 1996, p. 204). Mesmo Beozzo aponta que em Medellín apenas “esboça-se a Teologia da Libertação” (BEOZZO, 1993, p. 118). Para Dussel, em Medellín, “uma nova teologia se manifesta em estado germinal” (DUSSEL, 1997, p. 63).

Frei Betto, em seu *Diário de Puebla*, ao entrevistar Luiz Alberto Gómez de Souza, sociólogo ligado à TL, sobre as perspectivas da III Conferência Geral do Episcopado da América Lática, corrido em 1979, em Puebla, México, ouve que:

Acho que teremos mais material de apoio do que em Medellín. Desta reunião na Colômbia, apoiávamos apenas em dois textos entre os

dezesseis e em algumas frases. O importante, agora, é não ficar preocupado em analisar os textos em si mesmos, mas referi-los à prática da pastoral popular. (BETTO, 1979, p. 110)

O mais importante, nos parece, a partir de Medellín, é a interpretação que se dará ao seu documento. Nesse sentido o importante é lembrar que os teólogos da libertação, as CEBs e o conjunto dos militantes do *Cristianismo de Libertação* ganham projeção com o aprofundamento dessa Igreja progressista. Além disso, os progressistas contavam com um conjunto de intelectuais bastante laborioso, com um número significativo de pesquisas e financiamento de órgãos europeus como o *Adveniat* e o *Miseror*.

Em 1971, no Brasil, a Comissão Bipartite, uma comissão secreta, composta por membros da ditadura militar e por representantes da Igreja Católica, para mediar o conflito entre Igreja e Estado, debateu infrutiferamente a proposta dos militares de que se confeccionasse um documento de interpretação anti-subversiva de Medellín e se distribuisse aos milhares em todas as paróquias do Brasil (SERBIN, 2001, p. 258).

Mas se no Brasil a proposta não foi à frente, algo similar ocorreu no mesmo ano no âmbito da América Latina. Em abril de 1971, na cidade de Itapoã, Bahia, ocorreu um encontro entre os presidentes de comissões episcopais de ação social de dez países latino-americanos. Segundo Dom Eugênio Sales, o encontro foi fruto da desconfiança que o texto de Medellín suscitava, visando analisar se havia nele algo de errado e, em havendo, para introduzir as correções necessárias. Para Serbin:

Esse extraordinário documento revelava como os centristas do Celam estavam reagindo às críticas conservadoras contra Medellín, tentando controlar em silêncio seu impacto dentro da Igreja... Eles repercutiam as conclusões críticas de Medellín sobre dependência, subdesenvolvimento e violações dos direitos humanos. Porém, também buscavam moderar o clero progressista e os objetivos radicais de Medellín, ao defender uma abordagem pastoral mais tradicional... uma abordagem de cima para baixo para moldar a mudança social na América Latina. (SERBIN, 2001, p. 259)

Há todo uma articulação do episcopado conservador, que deságua na conquista do CELAM em 1972, com a eleição de Dom Lopez Trujillo como Secretário-Geral, embora o presidente eleito tenha sido Dom Aloísio Lorscheider, progressista. A principal tarefa de Trujillo foi combater a *Teologia da Libertação*, luta que se fez no episcopado do continente e no exterior. Em 1975 foi organizado, entre 2 e 6 de março, um *Colóquio* sobre a TL na Europa com a intenção de “impedir toda reinterpretação da fé cristã num programa social e político” (Apud BEOZZO, 1993, p. 138).

Trata-se de toda uma articulação internacional, com braços especialmente na Alemanha, onde mais de cem teólogos, entre os quais Karl Rahner, J.B. Metz e H. Vorgrimler, em um *Memorandum*, denunciam que:

Multiplicam-se as provas de que a campanha contra a Teologia da Libertação e contra os vários movimentos da Igreja latino-americana que lhe estão próximos, conduzida já algum tempo por influentes grupos da Igreja Católica da República Federal Alemã, assumiu um grau de tão extrema

virulência, que nos parece iniludível expressar nosso protesto público e enérgico. (*Apud* BEOZZO, 1993, p. 138)

O fato é que o conflito no interior da Igreja se acentuava, até então com pouca interferência de Roma. As coisas se modificam em 1978, com João Paulo II.

2. A Batalha de Puebla

Como se saberia depois, a eleição do papa polonês foi o ponto de partida da reviravolta conservadora na Igreja. João Paulo II iniciou seu papado em combate. Se três foram seus alvos principais, a saber, o comunismo, a *Teologia Liberal* europeia e a *Teologia da Libertação*, foi sobre os libertadores que se deu sua primeira empreitada. A primeira viagem de João Paulo II foi para o México, para acompanhar/intervir a III Conferência-Geral do Episcopado Latino-Americano, em 1979, na cidade de Puebla, México (BERNSTEIN, POLITI, *op.cit.*, p. 206).

A III Conferência estava marcada para 1978, porém, a morte do papa João Paulo I impediu que o evento ocorresse na data prevista. Passada a eleição de João Paulo II, em 16 de outubro de 1978 estabeleceram-se duas posições no interior do episcopado latino-americano. Um grupo defendia a realização do evento em janeiro de 1979, utilizando a estrutura já montada, sob risco de arcar duas vezes com os mesmos custos.

Esse grupo tinha ainda um outro motivador para sua posição, as eleições do CELAM seriam em março de 1979 e a correlação de forças no momento apontava para uma provável vitória das correntes progressistas. O adiantamento do evento garantiria um maior controle dos conservadores sobre sua realização, ademais, havia a esperança de que a

presença de João Paulo II contribuísse com uma mudança na correlação de forças para impedir a vitória progressista no CELAM nas eleições que se seguiriam.

A outra corrente, que entendia como mais adequado o adiamento da Conferência era composta pelos progressistas, interessados em esperar as eleições do CELAM. João Paulo II, demonstrando sua preferência, preferiu acenar para os conservadores e adiantou o acontecimento, o que impediu a coordenação do evento pelos progressistas, que estavam em vias de assumir o comando do CELAM (LIBANIO, 1979, p. 57).

Ocorreu, em 1979, o primeiro embate público entre progressistas e conservadores no interior da Igreja, evento que viria a ser conhecido como a *Batalha de Puebla* (BEOZZO, 1993, p. 225). Os progressistas contavam com a tradição de Medellín e com um vasto número de teólogos, bem formados e de prestígio público, além de movimentos eclesiais, tais como as pastorais e as Comunidades Eclesiais de Base.

A estruturação da Conferência se deu em função da disputa em seu interior, para Bernstein e Politi “se desenrolava uma verdadeira luta política e, dessa vez pelo menos, os rótulos de ‘progressista’ e ‘conservador’ realmente eram adequados” (1996, p. 2005).

O Vaticano trabalhou intensamente para garantir que os conservadores saíssem vitoriosos do evento (LIBANIO, 1979, p. 57, DUSSEL, 1997, p. 93, BEOZZO, 1993, p. 225, ACCATTOLI, 1999, p. 235). E essa imposição se deu de várias formas, entre elas, a imposição da coordenação e da forma organizativa do evento.

O jesuíta João Batista Libanio, na *Apresentação Didática* à edição do

documento de Puebla (1979, p. 55-80) aponta que a organização do evento tomou o sentido inverso da conferência anterior em Medellín, que reforçou as discussões em plenário.

Outro importante ocorrido foi a proibição da presença dos teólogos assessores dos bispos, num mecanismo de marginalização dos teólogos da libertação da confecção do texto final. Esses teólogos haviam desenvolvido uma grande quantidade de pesquisas e reflexões que compunham o quadro das manifestações teológicas das conferências episcopais, dioceses, entre outros, constituindo um verdadeiro braço teológico desses bispos. Ao invés de assumirem igual posição na Conferência, foram nomeados outros teólogos como peritos, todos na linha conservadora do Vaticano.

Muitos teólogos progressistas foram secretamente a Puebla e se hospedaram em uma casa e realizaram discussões e redigiram contribuições que eram entregues aos bispos à noite ou de modo sorrateiro durante o evento. Em 10 de fevereiro, Trujillo flagrou o cardeal Arns sendo orientado por Leonardo Boff e Jon Sobrino (curiosamente dois teólogos posteriormente condenados pelo Vaticano), pediu a saída dos teólogos e mandou reforçar a segurança do evento, proibindo inclusive que qualquer documento fosse passado para dentro do evento por qualquer pessoa (BETTO, 1979, p. 110).

O fato é que a participação das alas progressistas na confecção do documento de Puebla foi muito menor do que seu potencial, mas ainda assim, restou um texto crítico, que assumiu a *Opção Preferencial pelos Pobres*, uma saída conciliada que atendia tanto aos progressistas, desejosos do protagonismo dos despossuídos, quanto para os conservadores, ansiosos por

responder à pobreza latino-americana com uma ampla ação de caridade que focasse os pobres (LÖWY, 2000, p. 124).

A participação direta de João Paulo II na organização e nos rumos de Puebla foi bastante grande. Já no avião para o México, declarou Wojtyla acerca da TL:

Ela não é uma verdadeira teologia. Ela deturpa o verdadeiro sentido do evangelho. Conduz os que se deram a Deus para longe do papel verdadeiro que a Igreja lhes atribuiu. Quando começam a utilizar meios políticos, deixam de ser teólogos. Se é um programa social, então é matéria para a Sociologia. Se se refere à salvação do homem, então é eterna teologia, que tem dois mil anos de idade (BERNSTEIN, POLITI, 1996, p. 207).

Na abertura da Conferência de Puebla, João Paulo II fez um discurso de uma hora, dividido em partes, as duas primeiras destinadas a evitar uma aproximação da Igreja com a esquerda, por consoante, com a *Teologia da Libertação* enquanto na terceira demonstra apreço pela justiça social (BERNSTEIN, POLITI, 1996, p. 216). Tal discurso fora mais citado do que todos os outros papas juntos (LIBÂNIO, 1979, p. 66).

Logo depois de proferido, o discurso de João Paulo II passou imediatamente a ser disputado. Ao seu fim Trujillo perguntou triunfante a Dom Hélder Câmara, importante liderança progressista, o que achava do discurso, ao que respondeu “Magnífico!”, Monsenhor Oscar Romero, Arcebispo de El Salvador, também progressista assim afirmou: “sinto-me confirmado em minhas posições.” (Apud BETTO, 1979, p. 59-60) enquanto Gutiérrez afirmou que “Parece-me importante que o Papa tenha anunciado o valor

evangélico da defesa dos direitos humanos, não como uma operação temporária mas como uma missão intrínseca da Igreja” (*Apud Idem*, p. 217).

De um modo geral, o que operou de forma importante essa releitura foi o discurso de Dom Aloísio Lorscheider depois do discurso do papa e antes do começo dos trabalhos. Para Betto “o Arcebispo de Fortaleza retomou os temas principais da alocução papal dentro de um enfoque mais adaptado à nossa realidade” (1979, p. 63).

Os conservadores organizaram uma estrutura para influenciar a cobertura jornalística do evento no sentido de fazer entender a presença e discurso de João Paulo II como condenação à *Teologia da Libertação* (*Idem*, p. 56). Mas acerca do discurso de Dom Lorscheider, a imprensa não deixou de perceber que houve boicote.

Enquanto ao fim dos discursos conservadores eram distribuídas cópias a toda a imprensa, ao fim do discurso de Dom Lorscheider não havia cópias, só entregues mais tarde e em reduzido número, insuficiente para a imprensa, pois os conservadores “ficaram indignados, comentando que o presidente do CELAM havia deturpado as palavras do Santo Padre” (*Idem*, p. 63).

Os conservadores trabalharam no sentido de garantir um desfecho favorável a eles e seu trabalho foi facilitado pela equipe romana. Nesse sentido, quando ao Cardeal Baggio, então Presidente da Congregação para a América Latina, foi perguntado sobre quais os pontos de Medellín foram condenados no discurso papal, este respondeu:

Ele se referiu a uma interpretação ‘reduativa’ de Medellín. Nesta

reunião foram elaborados documentos sobre dezesseis temas, mas parece que a atenção de muitos só se fixou nos textos sobre Justiça e Paz. Pretendeu-se que Medellín tivesse centrado seu interesse apenas nesses pontos conflitivos. E houve exagerada deformação de Medellín, como se quisesse levar a Igreja a certos métodos de violência e de luta. Só uma leitura parcial, tendenciosa de Medellín, pode levar a isso. (*Apud BETTO*, 1979, p. 67)

Trujillo, pouco antes da Conferência escreveu a Dom Luciano Cabral Duarte:

Prepare seus aviões e seus bombardeios. Precisamos de você hoje mais do que nunca e você tem que estar na melhor forma possível. Acho que precisa treinar como treinam os pugilistas antes de entrar no ringue para o campeonato mundial. Que os murros sejam evangélicos e bem desfechados. (BERNSTEIN, POLITI, 1996, p. 205-206)

Algo muito próximo do que pensara ocorreu, uma disputa ferrenha que deixou marcas profundas no episcopado. Se antes de Puebla havia articulações mais ou menos ordenadas, depois do evento pode-se demarcar claramente as duas correntes em disputa, conservadores e progressistas. Observando que isso não altera o fato de que a maioria do episcopado continua entre os moderados, que se move de acordo com as circunstâncias para a corrente que melhor responde a suas necessidades pastorais.

Mas se mesmo com toda a intervenção romana, ainda foi possível a produção de um texto relativamente progressista. O texto de Puebla e, sobretudo a afirmação da *Opção Preferencial pelos Pobres* são encarados como expressões radicais de uma Igreja progressista não

por força intrínseca do texto em si ou mesmo da afirmação de preferência, mas mais a partir da interpretação destes nas obras, nas falas, isto é, nas práticas e discursos dos agentes desse *Cristianismo de Libertação* (LÖWY, 2000, p. 124). A idéia da libertação fica menos vinculada à libertação das estruturas sócio-históricas, ganha um caráter mais abrangente, no conceito de *libertação integral*, mas também ganha mais espaço e “pervade todo o documento” (LIBÂNIO, 1979, p. 70).

Conclusão

Medellín foi uma grande novidade na realidade da Igreja da América Latina, tanto porque produziu um documento pujante e ousado quanto porque serviu de aporte para o desenvolvimento do *Cristianismo de Libertação* em seu interior. Contudo, as novas práticas eclesiais que se operava em seu nome se fizeram notar nas hostes conservadoras.

Treze anos depois de Medellín, em 1979, a *Batalha de Puebla* foi a primeira manifestação pública do confronto entre conservadores e progressistas no interior da Igreja. Mas agora os conservadores contavam com o significativo apoio da Santa Sé. Mais ainda assim se produziu um documento crítico, cuja significação na vida da Igreja foi disputada com larga vantagem, em princípio, dos progressistas, incitando violenta reação vaticana.

Na década de 80, convergiram vários fatores que apontaram para a estratégia ofensiva do Vaticano. A experiência nicaragüense, de um estado revolucionário, socialista, em que uma parte da Igreja se imiscuia organicamente, através de seus membros adeptos da *Teologia da Libertação*, assustou profundamente Wojtyla, era a “prova” de que a TL

levava inexoravelmente [sic] a um posicionamento à esquerda na agudização da luta de classes. Além disso, o acordo de João Paulo II, celebrado com Ronald Reagan, presidente estadunidense, partidário da linha dos que viam todos os críticos como comunistas, ia de vento em popa (BERNSTEIN, POLITI, 1996).

Então, nos anos 80, o Vaticano lança uma imensa campanha contra a *Teologia da Libertação* que teve três vetores de atuação: o controle do governo na Igreja, o controle dos “representantes” de Deus e o controle das idéias.

Referências

- ACCATTOLI. Luigi. *Karol Wojtyla: o homem do final do milênio*. Trad. Clemente Raphael. São Paulo: Paulinas. 1999.
- ARNS. Dom Paulo Evaristo. *Da Esperança à Utopia: Testemunho de uma vida*. Rio de Janeiro: Sextante. 2001.
- BEOZZO. Pe. José Oscar. *A igreja do Brasil: de João XXIII a João Paulo II*. Petrópolis. Vozes. 1993.
- BERNSTEIN. POLITI. *Sua Santidade: João Paulo II e a História Oculta do Nosso Tempo*. São Paulo: Objetiva. 1996.
- BETTO. Frei. *Diário de Puebla*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1979.
- _____. *Entrevista concedida ao autor*. 28/01/2010;
- CONSELHO EPISCOPAL LATINO-AMERICANO - CELAM. *II Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões de Medellín. A Igreja na atual transformação da América Latina à luz do Concílio*. Petrópolis-RJ: Vozes. 1985. 5 ed..
- _____. *III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. Conclusões de Puebla. a Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina*. São Paulo: Edições Loyola. 1979.
- DUSSEL. Henrique. *Teologia da Libertação: Um Panorama de seu Desenvolvimento*. Petrópolis-RJ: Vozes. 1997.

FLEET, Michael. O Neoconservadorismo na América Latina. In: LAURENTIN, R., ROUSSEUAU, A., SÖLLE, D., *O Neoconservadorismo: um fenômeno social e religioso*. Petrópolis-RJ: Vozes, Concilium 161, 1981.

HERVIEU-LÉGER, Daniele. O bispo, a Igreja e a modernidade. In: LUNEAU, René, MICHEL, Patrick. *Nem todos os aminhos levam a Roma: As mutações atuais do catolicismo*. Petrópolis-RJ: Vozes, 1999. p. 291-322.

KÜNG, Hans. *A Igreja Católica*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

LACERDA, Lucelmo. *Uma análise da polêmica em torno do livro "Igreja: carisma e poder", de Leonardo Boff, na Arquidiocese do Rio de Janeiro*; Dissertação de Mestrado em História Social disponível em http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraDownload.do?select_action=&co_obra=135917&co_midia=2

LIBANIO, João Batista. Apresentação didática. In: CELAM. III Conferência Geral do Episcopado Latino-Americano. *Conclusões de*

Puebla: A Evangelização no Presente e no Futuro da América Latina. São Paulo: Edições Loyola, 1979. p. 55-80.

LÖWY, Michael. *Guerra dos Deuses: Religião e política na América Latina*. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

ROLIM, Francisco Catarxo. Neoconservadorismo Eclesiástico e uma Estratégia Política. *Revista Eclesiástica Brasileira – REB*, nº 49, fascículo 194, 06\1989.

SERBIN, Kenneth P.. *Diálogos nas Sombras: Bispos e Militares, tortura e justiça social na ditadura*. Trad. Carlos Eduardo Lins da Silva e Maria Cecília de Sá Porto. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SYDOW, Evanize, FERRI, Marilda. *Dom Paulo Evaristo Arns: Um homem amado e perseguido*. Petrópolis-RJ, 1999.

WANDERLEY, L.E. W.. *Democracia e Igreja Popular*. São Paulo: Educ, 2007.

YALLOP, David. *O Poder e a Glória: o lado negro do Vaticano de João Paulo II*. São Paulo: Planeta, 2007.